Artigo[*]

Agregando Saberes – Ensino Fundamental de 9 Anos[•]

Origem da escolha do tema

A ABPp Seção Paraná Sul, como sempre comprometida, também teve em sua pauta o tema Ensino Fundamental de 9 anos, culminando com a realização do III Agregando Saberes, que aconteceu na Universidade Tuiuti do Paraná, no dia 04 de outubro de 2007. A estrutura do evento contemplou vários segmentos, como Secretaria de Educação do Estado e do Município, bem como Conselho Estadual de Educação. Uma abordagem disparadora sobre o tema foi feita pelo professor José Pacheco, e a mediação da discussão proposta feita pela psicopedagoga Laura Monte Serrat Barbosa. Mobilizaram-se esforços no sentido de envolver o maior número de escolas, tanto do âmbito público quanto particular. Isso aconteceu, uma vez que 400 pessoas, aproximadamente, estiveram presentes ao evento.

Posição da ABPp Seção Paraná Sul

É importante o uso deste espaço escrito para a divulgação de argumentos pertinentes ao tema. É importante contextualizar, historicamente, lembrando que, sem dúvida, essa mudança (de 8 para 9 anos de ensino) é um avanço do ponto de vista do acesso à escola para uma grande parcela da sociedade. Um ano a mais de escola obrigatória é um ganho. No entanto, a garantia a esse acesso por si só não dá conta das necessidades colocadas; se a escola não for atraente para a criança e não atender suas reais demandas, será apenas um ano a mais em sua vida. Compreende-se, porém, que todo processo de mudança causa confusão e dissociação, gerando múltiplas opiniões. O que surpreende é a forma como uma questão tão séria foi sendo abordada e como a opinião pública foi sendo manipulada pelos meios de comunicação, que procuraram tratar do tema com exemplos individuais e não coletivos, bem como transformar as questões pedagógicas em questões jurídicas,

[*] Texto publicado no Boletim Informativo Psicopedagogia, edição de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007.

[•] Texto construído por Simone Carlberg, associada titular da ABPp, Isabel Cristina Hierro Parolin, associada titular da ABPp e conselheira nata da Seção Paraná Sul, e Sonia Küster, representando a Diretoria da ABPp Seção Paraná Sul.

nas quais se observou um movimento de transgressão das leis a partir de aspectos muito particulares, notadamente em escolas da rede privada. Apesar de as regras serem as mesmas para a escola pública e a privada, o entendimento e a operacionalização delas têm sido diferentes e divergentes, criando ainda mais distância entre as duas entidades.

A preocupação da ABPp Seção Paraná Sul está voltada para a defesa da estruturação da escola como espaço coletivo de acesso ao conhecimento que é, antes de mais nada, libertador, tornando-se indiferente se esse espaço é pago pelo governo ou pelos pais da criança. Defende-se uma escola que promova espaço para brincar, espaço para conhecer, espaço para fazer, espaço para construir e, o que é finalidade maior, espaço para aprender. A Psicopedagogia preocupa-se com o ser cognoscente, ou seja, o ser que aprende, o aprendiz. Esse ser constrói-se em relação, num movimento que é individual e grupal, num espaço pensado e organizado para que tal movimento aconteça. Quem garante que somente um maior tempo na escola promove aprendizagens? As aprendizagens acontecem em um tempo individual, num ambiente educativo e com mediações competentes, dentre outras coisas.

No entanto, parece que o caminho percorrido em todas as discussões apresentadas socialmente está muito mais voltado para aspectos jurídicos, legais e de poder econômico, do que para aspectos pedagógicos e/ou psicopedagógicos. As escolas privadas rapidamente se organizaram em torno dessa deliberação, e a escola pública ainda não tem vagas suficientes para atender a demanda. Sabe-se que uma das intenções dessa nova deliberação era garantir e aumentar o tempo das crianças na escola, o que parece não será atendido de forma consistente. Outro impasse e motivo de desencontros e desentendimentos é o fato de algumas escolas públicas continuarem garantindo o ensino de 8 anos aos alunos que, nesse momento, não estejam disponíveis ao ensino de 9 anos. Ainda não está claro como será feita essa transição: os pais temem pela qualidade do ensino e pela possível desmotivação das crianças; os professores desconhecem os procedimentos que deverão seguir; a discussão afasta-se da aprendizagem e do ensino e acaba se enveredando por estratégias, direitos e necessidades.

Avaliação do evento

Organizou-se um espaço que tinha a intenção de provocar debates, buscar posições, dirimir dúvidas e, quiçá, traçar diretrizes. No entanto, muitas questões ficaram sem resposta. É certo que se

vive numa época de incertezas, e parece que as pessoas estão se valendo dessa referência para não se posicionarem diante do impasse do Ensino Fundamental de 9 anos. Ou será que não tinham posicionamento? Ou não se colocavam por incompreensão? Por várias vezes, o professor José Pacheco provocou os debatedores, bem como o público presente, à reflexão teórica da proposta em questão, direcionando seus questionamentos à criança aprendiz e à função mediatizadora do adulto que com ela interage. Função essa que é o motivo do debate: entender como se organizaria o ensino nessa proposta. Na função disparadora de articulações, o professor cumpriu seu papel, questionando a imparcialidade, o silêncio e o desconhecimento dos presentes. Manifestações emocionadas de pais que estão vivendo essa fase de transição buscavam posicionamentos dos órgãos competentes, posicionamento esse que não apareceu de forma convincente e fundamentada. O espaço aberto à reflexão transformou-se em um espaço de ataque e defesa, em vez de tornar-se um espaço esclarecedor; tornou-se um espaço do vazio e do desencontro. O olhar psicopedagógico, a partir das colocações de Laura Monte Serrat Barbosa, promoveu reflexão sobre as manifestações das pessoas presentes e sobre os aspectos latentes da problemática do Ensino Fundamental de 9 anos. É necessária uma relação dialógica entre os órgãos competentes e as escolas, bem como uma avaliação da experiência vivida durante esse ano, para que se possa, conjuntamente, buscar adequar a legislação ao bem estar das crianças que estão vivendo esse momento de transição, respeitando-se o tempo da infância e do aprender.

Lamenta-se que o espaço criado não tenha atendido a todos os objetivos; porém, outras aprendizagens aconteceram, as quais se partilham com o leitor: não é aumentando ou diminuindo o tempo na escola que se garante aprendizagem; não é a idade da criança que garante se ela aprenderá a ler e escrever, mas sua maturidade. Certamente, é necessária a proposição de um novo espaço, para novo debate, esperando avançar nas discussões. Esse documento tem a intenção de, além de socializar o que foi vivido e pensado, propiciar que o diálogo possa acontecer em movimento de avanço, e não num movimento de círculo vicioso. Já que a lei está posta, que se trabalhe para torná-la boa para todos.